



Washington Javier Barrios Fernández, 21 años

Autor: Federico Veiga

Título: Los principios no se negocian

Acrílico sobre lienzo. 80 x 100 (2020)

«De seguro es de las pinturas que más me ha costado pintar y más emociones me ha movido. No fue sólo Washington. Fue él y su pareja embarazada, que fue asesinada junto a dos amigas más. Eran una familia como la mía, la tuya, llena de sueños, llena de esperanzas, llena de ilusiones y cosas por vivir, que solo por el hecho de pensar distinto fueron desaparecidos, ellos y todos sus sueños, dejando en vida otras familias destrozadas esperando respuestas y justicia.»

# «MOLDES PARA MENTES»: COMBATES FEMINISTAS NA IMPRENSA DO SÉCULO XIX<sup>1</sup>

«MOLDS FOR MINDS»: FEMINIST STRUGGLES IN THE 19TH CENTURY PRESS

«MOLDES PARA MENTES»: LUCHAS FEMINISTAS EN LA PRENSA DEL SIGLO XIX

*Laila Thaís Correa e Silva*

*Universidade de São Paulo; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo*

Recibido: 11/04/2023 | Aceptado: 05/06/2023

DOI 10.59999/7.1.2

1 O artigo é resultado de pesquisa de pós-doutorado em História Social, em desenvolvimento na Universidade de São Paulo (USP, DH, FFLCH), sob supervisão da profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP (2022/01227), com o título «Diálogos transnacionais na imprensa feminista: letras, gênero e política no Brasil de fins do século XIX». E-mail: lailacorreasilva@gmail.com

**Resumo:** Os impressos feministas presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) e na Hemeroteca da Biblioteca Nacional de España, guardam trajetórias de «mulheres de letras» na imprensa do século XIX e seus combates em favor da emancipação e da conquista de direitos políticos. Assim, como resposta aos moldes de figurinos de roupas e dicas de moda presentes nos jornais femininos, alinhados com os propósitos patriarcais do século XIX de controle dos corpos e comportamentos das mulheres, importados de padrões europeus, como por exemplo em *A Estação: Jornal Ilustrado para a Família* (Rio de Janeiro, 1879-1904), a imprensa feminista apresenta textos literários e artigos que questionam e inquietam a lógica imposta. Destacam-se o impresso feminista brasileiro *A Família* (São Paulo-Rio de Janeiro, 1888-1894 [1897]) e o argentino *La Voz de la Mujer: Periódico Comunista-Anárquico* (Buenos Aires, 1896-1897). Contra os ditames de controle dos corpos de mães e mulheres, as feministas na imprensa ofertaram abertura para o pensamento crítico, a leitura e o desenvolvimento do exercício da política e da cidadania. Para a análise dos periódicos supracitados, vamos refletir sobre os diálogos transnacionais estabelecidos via imprensa, para traçar redes de diálogo e apoio mútuo entre intelectuais e ativistas de fins do século XIX, oponentes dos ditames patriarcais de controle e aprisionamento de corpos de mulheres em moldes costurados pela violência e exclusão.

**Palavras-chave:** imprensa feminista; literatura de autoria feminina; gênero; voto feminino; república

**Abstract:** The feminist prints present in the Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) and in the Hemeroteca of the Biblioteca Nacional de España, keep trajectories of «women of letters» in the press of the 19th century and their fights in favor of emancipation and the conquest of political rights. Thus, as a response to the molds of clothing designs and fashion tips present in women's newspapers, aligned with the patriarchal purposes of the 19th century of controlling women's bodies and behaviors, imported from European standards, as for example in *A Estação: Jornal Ilustrado para a Família* (Rio de Janeiro, 1879-1904), the feminist press presents literary texts and articles that question and disturb the imposed logic. The Brazilian feminist publication *A Família* (São Paulo-Rio de Janeiro, 1888-1894 [1897]) and the Argentine publication *La Voz de la Mujer: Periódico Comunista-Anárquico* (Buenos Aires, 1896-1897) stand out. Against the dictates of controlling the bodies of mothers and women, feminists in the press offered an opening for critical thinking, reading and development of the exercise of politics and citizenship. For the analysis of the journals, we will reflect on the transnational dialogues established via the press, to trace networks of dialogue and mutual support between intellectuals and activists of the late 19th century, opponents of patriarchal dictates of control and imprisonment of women's bodies in sewn molds. by violence and exclusion.

**Keywords:** feminist press; female authored literature; gender; female vote; republic

**Resumen:** Las estampas feministas presentes en la Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro) y en la Hemeroteca de la Biblioteca Nacional de España, guardan trayectorias de «mujeres de letras» en la prensa del siglo XIX y sus luchas a favor de la emancipación y la conquista de los derechos políticos. Así, en respuesta a los moldes de diseños de vestuario y consejos de moda presentes en los periódicos femeninos, alineados con los propósitos patriarcales del siglo XIX de controlar el cuerpo y los comportamientos de las mujeres, importados de estándares europeos, como en *A Estação: Jornal Ilustrado para a Família* (Rio de Janeiro, 1879-1904), la prensa feminista presenta textos y artículos literarios que cuestionan y perturban la lógica impuesta. Destacan la publicación feminista brasileña *A Família* (San Pablo-Río de Janeiro, 1888-1894 [1897]) y la publicación argentina *La Voz de la Mujer: Periódico Comunista-Anárquico* (Buenos Aires, 1896-1897). Frente a los dictados de control de los cuerpos de las madres y las mujeres, las feministas en la prensa ofrecieron una apertura para el pensamiento crítico, la lectura y el desarrollo del ejercicio de la política y la ciudadanía. Para el análisis de los citados diarios, reflexionaremos sobre los diálogos transnacionales establecidos a través de la prensa, para trazar redes de diálogo y apoyo mutuo entre intelectuales y activistas de finales del siglo XIX, opositoras a los dictados patriarcales de control y encarcelamiento de los cuerpos de las mujeres. en moldes cosidos por la violencia y la exclusión.

**Palabras clave:** prensa feminista; literatura de autor femenino; género; voto femenino; república

## Introdução: o feminismo em fins do século XIX

A diferenciação entre imprensa feminista e imprensa feminina é um ponto chave para compreendermos a forma pela qual as mulheres de letras que classificamos como feministas e combativas travaram diálogos, redes de apoio mútuo e estabeleceram-se como profissionais da escrita e literatas ativistas em fins do século XIX e início do século XX (Duarte, 2016).

A imprensa feminista foi representada por jornais e revistas fundados e dirigidos por mulheres preocupadas em defender a emancipação do sexo feminino, via obtenção de direitos iguais em relação aos homens. Assim, em seus editoriais de estreia, perceberemos o propósito declarado e mantido, ao longo das edições subsequentes, de ideias como a educação feminina voltada ao exercício de profissões geralmente desempenhadas por homens e a defesa da participação política da mulher, com a conquista do sufrágio feminino e o direito de ser votada, exercendo cargos políticos, exemplo patente dramatizado pela peça teatral de Josephina Álvares de Azevedo (1851-1913), *O voto feminino* (1890), publicada como folhetim no jornal *A Família* (Rio de Janeiro). Ademais, encontraremos em alguns desses periódicos o apoio à escrita de autoria feminina, com a atuação exclusiva (ou quase exclusiva, no caso de *A Mensageira*, São Paulo) de mulheres em seus quadros de colaboradores.

Como exemplos de jornais feministas do século XIX, além de *A Família* e *A Mensageira*, são notáveis *O Sexo Feminino* (Campanha, MG-Rio de Janeiro, 1873-1889, que se tornou *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (Rio de Janeiro, 1889-1890), no Sul do país, *O Corymbo* (Rio Grande, RS, 1884-1944) e *O Escrínio* (Bagé, RS-Santa Catarina, RS, Porto Alegre, 1898-1910), dentre muitos outros.

O primeiro jornal feminista brasileiro teria sido fundado pela escritora e professora Maria Josefa Barreto Pereira Pinto, natural de Viamão, Rio Grande do Sul, que após a viuvez fundou uma escola primária mista e o periódico *Belona Irada contra os Sectários de Momo*, em 1833. Seu jornal tinha propósitos políticos, e sua redatora «não era lady, era uma trabalhadora e uma mulher “de faca na bota”». No entanto, segundo Zahidé Lupinacci Muzart (2013), *O Jornal das Senhoras* (1852-1855), de Joana Paula Manso de Noronha (1819-1855) foi considerado, na maioria dos estudos, como o primeiro empreendimento do periodismo feminista e Joana uma das primeiras jornalistas brasileiras; contudo, o periódico de Joana estreou em 1852 e sua redatora era argentina, exilada no Brasil em virtude da ditadura de Rosas (Muzart, 2013, pp. 2-3). De todo modo, Maria Josefa e Joana sofreram com o esquecimento político de seus legados pioneiros no mundo das letras e do periodismo.

Encontramos uma síntese precisa do que se acreditava ser o feminismo em fins do século XIX, de modo geral no Brasil e em outros países, a partir do texto do literato Garcia Redondo

—que atesta o uso o termo *feminismo* à época— na seguinte discussão, travada na imprensa luso-brasileira. O escritor, membro fundador da Academia Brasileira de Letras e jornalista Garcia Redondo (1854-1916), reconhecido pelo engajamento político e literário na defesa dos direitos femininos, publicou três páginas de «O feminismo (livro inédito)», no Almanach Brasil-Portugal para o ano de 1901, nas quais travou um diálogo com um *viveur* (epicurista por educação e por índole), o qual afirmava para Redondo que o feminismo não passava de uma teoria, e «o papel da mulher é um só: ela nasceu para fazer o jantar e o homem para comê-lo», frase do aristocrata francês Grimod de la Reynière (1758-1838). Redondo (1901), ao contrário, defendia que a mulher era intelectualmente e fisicamente igual ao homem e para que superasse a situação social desigual que a submetia, ela deveria receber uma educação igual àquela destinada ao homem:

Fisicamente, se no momento atual, ela é, no mundo civilizado, um ser mais fraco do que o homem isso é devido exclusivamente ao servilismo, à escravidão, à vassalagem forçada a que o homem a condenou. A educação que lhe demos influi poderosamente para essa inferioridade física e o homem, no seu egoísmo insensato, esqueceu-se que, contribuindo para a fraqueza da mulher contribuía para a sua própria fraqueza (p. 39).

As intelectuais do século XIX elaboraram teorias, estudos e textos sobre o feminismo e a situação social das mulheres em várias partes do mundo. A discussão desenvolvida por Verônica Toste Daflon e Bila Sorj (2021) revela a amplitude de teorias e sua importância no século XIX e início do século XX, com Harriet Martineau, Anna Julia Cooper, Pandita Ramabai Sarasvati, Charlotte Perkins Gilman, Olive Schreiner, Alexandra Kollontai, Ercília Nogueira Cobra e Alfonsina Storni, registrando as demandas por justiça e igualdade. Dentre essas intelectuais, destaco Josephina Álvares de Azevedo, que foi uma intelectual e ativista de destaque para a conquista do voto feminino no Brasil; portanto, devemos retomar essa tradição intelectual, pontuando os feminismos do século XIX, que são os precursores das conquistas do século XX (Silva, 2022, p. 196).

A imprensa feminina, por outro lado, dedicava-se ao público feminino e, ao que à época pensava-se constituir o restrito universo feminino do lar, da família, do casamento e da maternidade. Exatamente por isso, os jornais femininos eram dirigidos, em sua maioria, por homens letrados que pretendiam reiterar a mulher como ente passivo e subordinado ao marido e ao âmbito familiar, pautando inclusive seus discursos na vulgarização da medicina e no cientificismo (Carula, 2016, p. 258). Assim revistas como a supracitada *A Estação*, ofertavam ao público leitor editoriais de moda, dicas para a organização e decoração da casa, etiqueta e boas maneiras, ou seja, um guia para a esposa bela, recatada, submissa e caseira, que buscava agradar o marido e vestir bem a si e aos filhos.

Todavía, ainda assim, alguns desses jornais femininos poderiam apresentar uma contrapartida que se rebelava, *discretamente*, contra esses ditames rígidos, aproveitando-se das fissuras provocadas pela força da imposição patriarcal de pais e maridos zelosos da moral e bons costumes. Dulcínia Buitoni (1981), alerta que a imprensa feminina deve ser lida com muita atenção, pois mesmo em meio aos editoriais de moda e receitas culinárias poderemos encontrar muitas coisas implícitas. Em todo caso, a distinção nos auxilia a pesquisa e o estudo dessas fontes, conduzindo análises preciosas para a compreensão dos prolegómenos do pensamento e do movimento feminista em várias partes do mundo, especialmente na América Latina.

Nossa leitura busca introduzir à pesquisa desenvolvida sobre as dinâmicas semelhantes e distintas na organização da imprensa feminista nacional e internacional, notadamente um diálogo entre Brasil e Argentina, elucidando a circulação de ideias e a produção de impressos ligados ao movimento de mulheres nascente, destacando algumas diferenças em relação aos impressos ditos femininos.

## A Família, de Josephina Álvares de Azevedo<sup>2</sup>

Tendo como ponto de partida o estudo mais detalhado da publicação feminista brasileira *A Família*, fundada em São Paulo, no ano de 1888, por sua proprietária e redatora-chefe a recifense Josephina Álvares de Azevedo, que por vezes assinou seus artigos e poemas publicados em sua folha como «Zefa», acompanharemos o desenvolvimento de pautas e argumentos feministas na imprensa da América Latina.

O primeiro número do impresso chegou ao público de São Paulo em novembro de 1888. No editorial de estreia, Josephina Álvares de Azevedo declarou depositar uma confiança considerável no poder da imprensa enquanto instrumento de conscientização da população no que dizia respeito à «grande iniquidade secular- a escravidão da mulher», sendo a metáfora da escravidão feminina recorrentemente adotada por feministas em diferentes momentos e países, como argumenta a historiadora Jill Lepore, ao investigar a formação do movimento feminista e sufragista norte- americano da segunda metade do século XIX e início do século XX, «retratar mulheres como acorrentadas e escravizadas, à época, era recorrente na literatura feminista, um resultado da aliança do século XIX entre os movimentos sufragista e abolicionista». A descrição literária de uma feminista, dada pela escritora norte-americana Charlotte Perkins Gilman (1860-1935), exemplifica a metáfora: «lá vem ela, fugindo da prisão e descendo do pedestal; sem correntes» (Lepore, 2017, p. 131).

2 Para maiores detalhes ver Silva (2021).

As feministas brasileiras e estadunidenses compartilharam muitas ideias, além das metáforas e figuras de linguagem empregadas na imprensa e na literatura de fins do século XIX, contemplando projetos políticos similares para a emancipação e participação política, tais como a defesa do sufrágio feminino, do acesso à educação e da participação das mulheres nos cargos políticos. Isso pode ser constatado com nossa pesquisa nos arquivos da biblioteca Schelesinger no Radcliffe Institute for Advanced Study, Harvard University, arquivo especializado em imprensa feminista do período ao redor do mundo. Acompanhamos um pequeno fragmento que faz parte da grande trajetória do movimento feminista e sufragista nos Estados Unidos, utilizando documentos de personagens com destaque nos movimentos de mulheres no século XIX, como forma de verificar objetivos e estratégias políticas similares entre brasileiras e estadunidenses. Contudo, como veremos, tais demandas englobaram feministas de várias partes do mundo e deram o tom da formação de um movimento de mulheres transnacional, que para o efeito deste artigo, aborda brevemente Brasil e Argentina. No Brasil, utilizando-se de muita eloquência, Josephina iniciou sua jornada pelo periodismo feminista em São Paulo, denunciando a escravização da mulher e criticando o *egoísmo masculino*; porém, a mensagem não surtiu o efeito desejado no público paulistano. A partir da edição de número 24, com aproximados seis meses de publicação e um trabalho insistente de Josephina Azevedo em divulgar seu jornal em várias províncias do Império, a sede do periódico mudou-se para a Corte, Rio de Janeiro.

Segundo Josephina Azevedo, São Paulo foi pouco acolhedor em termos de público leitor, com menos de 200 assinaturas.<sup>3</sup> Com a mudança, o jornal passou a ser impresso pela Tipografia d' Família, que estava localizada na Rua da Alfândega, n. 215 e a sua redação na Rua Resende, n. 146. Nesse primeiro momento de transferência, não havia a seção de anúncios que começaram a ser mais frequentes a partir de 1889, sendo que em 1894 eles ocupavam aproximadamente duas páginas.

O editorial de 18 de maio 1889 versa sobre as dificuldades de se manter um jornal, mesmo que pequeno, respeitando «o seu programa, as suas doutrinas, as bases morais sobre as quais se edifica essa coluna precisa para o adiantamento social». Tal consideração introduz ao assunto da mudança do jornal de São Paulo para a Corte e transmite a concepção que Josephina Azevedo tinha do jornalismo, com um potencial transformador que ainda não havia atingido sua plenitude no Brasil, pois a população brasileira, com sua «acanhada educação», ignorava a utilidade do desenvolvimento intelectual e, portanto, não sabiam mensurar o valor do jornalismo.

3 A Família, 1889, p. 2. São Paulo-Rio de Janeiro.

O jornalismo seria, segundo a autora do editorial, um modo de disseminar saberes de forma rápida e acessível a «todas as bolsas». Primeiramente, não se trata de reparar somente a ausência de educação feminina, mas também a carência de toda uma população que não tinha acesso à educação mais básica, ampliando o escopo e o alcance do discurso feminista. Esta postura nega peremptoriamente as críticas destinadas às feministas de fins do XIX e início do XX que seriam mulheres burguesas praticantes de um ativismo elitista;<sup>4</sup> portanto, o jornalismo teria uma finalidade pedagógica denominada de «educação social»:

... o jornalismo, esse arauto de todos os pensamentos, que levando ao lar um pouco de tudo, sem esforço e sem fadiga, chega a transmitir espontaneamente luz às inteligências não cultivadas, o deleite aos espíritos ávidos de alimento, a quem faltam centenas de livros onde poderiam beber desse néctar a que se chama educação social.<sup>5</sup>

Essa rede de apoio, que configura também uma das facetas da solidariedade presente na folha dirigida por Josephina Azevedo, oferecia a possibilidade de participação de todas as mulheres que desejassem escrever um texto literário, narrativa, conto, prosa ou verso, e mesmo artigos, informação que se encontra na primeira página de todas as edições do periódico semanal: «Franqueia A Família as suas colunas a todas as senhoras que a queiram honrar com sua colaboração».

As leitoras, então, participavam da escrita do jornal, como podemos conferir diante das muitas colaboradoras que publicaram com certa regularidade. A lista oficial de colaboradoras em São Paulo foi composta por: Anália Franco, professora em Taubaté; Maria Amelia de Queiroz, da cidade de Recife; Adelia Barros, poetisa paulistana; Emiliana de Moraes, esposa de Pedro de Moraes, residente em Ubá (Minas Gerais); Maria Zalina Rolim, filha do Juiz de Direito de São Roque; Maria Ramos, professora em Mogi das Cruzes; Maria Augusta, diretora de um colégio em Juiz de Fora; Luiza Thienpont, professora na Estação de Mineiros; Paulina A. da Silva, esposa de Santos Silva, residente em São Paulo; Alzira Rodrigues, de São Paulo e Mlle. Rennotte, diretora do colégio Piracicabano, residente em Piracicaba.<sup>6</sup> Na fase carioca estavam ainda Adelaide Peixoto; Marianna da Silveira; Anália Franco; Maria Amélia de Queiroz; Adelina Barros; Emiliana de Moraes; Ignez Sabino; Júlia Lopes de Almeida; Délia e Carmem Freire (Baronesa de Mamanguape) entre outras contribuições mais esporádicas, além das contribuições europeias da portuguesa Guiomar Torrezão e da francesa Eugénie Potonié-Pierre, responsável pela divulgação da peça de Zefa, O voto feminino, em Paris, via jornal

4 Um desses críticos e contemporâneo ao movimento de mulheres nascente no Brasil foi o escritor Lima Barreto (1881-1922), que atacou escritoras e feministas como Leolinda de Figueiredo Daltró e Albertina Bertha (Schwarcz, 2017, pp. 356-357).

5 *A Família*, 1889, pp. 1-2.

6 *A Família*, 1889, p. 2.

feminista parisiense *Le Droit des Femmes: Revue Mensuelle Politique, Littéraire et d'Économie Sociale* (Paris, 1879-1891).

No Brasil não encontramos outro periódico, na mesma época, além d' *A Família*, que levantasse prioritariamente a pauta de textos escritos por mulheres, apenas na Inglaterra com *The Woman's Herald* (1888-1893) houve uma defesa direta da participação feminina no periodismo de forma similar, destacado logo abaixo do seu título na primeira página: «The Only paper conducted, written, and published by women». O jornal, órgão oficial da Women's Temperance Union foi editado por Helena B. Temple e, combinava a pauta política da emancipação feminina, do sufrágio e da escrita de autoria feminina de forma similar ao que ocorria em *A Família*, embora o jornal de Josephina Azevedo não fosse pertencente à nenhuma organização política oficial.

Josephina orgulhava-se das mulheres que se destacavam nas letras e contribuía para o jornal que ainda estava no começo de suas atividades no Rio, mesmo quando ainda não havia travado relações mais estreitas com suas colaboradoras:

Assim é que sem conhecer pessoalmente, respeito os nomes de Analia Franco, Zalina Rolim, Revocata de Mello, Julia Lopes, Emíliana de Moraes, Maria Lúcia Romariz, Ignez Sabino de Pinho Maia, Carolina Von Koeseritz, e outras, tantos talentos femininos, que de vez em quando brilham em suas publicações.

O meu desejo é unicamente incitar as minhas patrícias para o estudo, se tiver esse prazer será para mim uma glória, se pelo contrário me encontrar só, na escabrosa estrada do jornalismo, e ver que as minhas palavras não produzem efeito, será mais uma desilusão para juntar às muitas que tenho tido.<sup>7</sup>

Com uma gama diversa de escritoras, o jornal apresentou uma profusão de opiniões sobre formas de se educar a mulher, e de fazê-la ampliar o escopo de sua participação na vida pública: desde a defesa mais ferrenha de uma abertura para profissões ditas masculinas, tais como a medicina e o direito, até textos que pretendem educar a mulher para o seu papel de mãe e dona de casa, ou seja, um espaço democrático de debate e trocas de ideias entre mulheres. Disso, resultou uma profusão de diferentes opiniões sobre formas de se educar a mulher, e de fazê-la ampliar o escopo de sua participação na vida pública e na política. Essas não seriam posições contraditórias, pois, conviveram, apesar de conflitantes à época, com os papéis e o horizonte social de uma mulher do século XIX, como demonstra a historiadora June Hahner (2003). Porém, nos dois casos percebe-se a preocupação com uma educação que fosse efetivamente transformadora das práticas sociais usualmente atribuídas ao sexo feminino, opondo-se à mera instrução para a conversação de salão ou uma erudição superficial e sem propósito prático.

7 *A Família*, 1889, p. 1.

Contudo, o fato de propiciar um espaço público para o exercício da escrita feminina, com contos, artigos e poemas foi um traço marcante do jornal feminista e fundamental para a compreensão dos propósitos políticos do periódico de Josephina Azevedo e de Presciliana Duarte. Como exemplo, podemos mencionar o número 58, de 03 de maio de 1890 que em meio ao acirramento da campanha pelo direito ao voto feminino, reafirma o compromisso em publicar textos de todas as mulheres que desejassem publicá-los.

Na publicação quinzenal *A Mensageira: Revista Literária Dedicada à Mulher Brasileira*, Presciliana Duarte de Almeida, em certos aspectos, retomou o trabalho iniciado por Josephina Azevedo. Entre 1897 e 1900 a ex-colaboradora d' *A Família* publicou textos favoráveis à emancipação da mulher e apoiou a causa da escrita de autoria feminina, contando com nomes importantes como Júlia Lopes de Almeida, Ignez Sabino e Anália Franco. Porém, também contava com a escrita de homens, como o notável feminista Manuel Ferreira Garcia Redondo que dizia serem os homens «déspotas hipócritas», mantenedores, «não pela força do direito, mas pelo direito da força» das mulheres em condições de escravizadas.<sup>8</sup>

Assim como *A Família*, a revista literária de Presciliana Duarte mantinha contatos com associações feministas francesas, como a presença da «literatura feminista» na exposição de Paris em 1900, ocasião na qual a Dra. Aletta H. Jacobs solicitou a coleção d' *A Mensageira* para a exposição conforme veiculado em 15 de dezembro de 1900. Por isso, a revista brasileira figura entre outros jornais feministas de várias partes do mundo na base de dados Chadwyck Gerritsen Collection of Aletta H. Jacobs, Harvard University.<sup>9</sup>

Nos dois anos de publicação d' *A Mensageira*, nomes importantes do ativismo em prol da emancipação feminina brasileira se congregaram em torno de pautas que ainda eram necessárias, tais como a conquista do voto, o exercício de atividades profissionais ditas masculinas, como a defesa do exercício feminino da advocacia, em virtude da cassação dos diplomas das advogadas e o impedimento da matrícula de mulheres nas faculdades de direito, em outubro de 1899 e, finalmente, a questão da escrita e da educação femininas, temas que nunca saíram das pautas mais urgentes das feministas brasileiras.

O trabalho pioneiro de pesquisa da socióloga Maria Thereza Caiuby Crescenti Bernardes (1988) ainda se mostra um marco historiográfico no estudo da educação feminina no século XIX brasileiro ao apresentar um documento de extrema relevância, a Poliantéia comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Liceu de Artes e Ofícios, publicada

8 *A Mensageira: Revista Literária Dedicada à Mulher Brasileira*, 1987, p. 181. Diretora Presciliana Duarte de Almeida. Edição facsimilar. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado de Cultura, São Paulo.

9 <http://gerritsen.chadwyck.com.ezp-prodi.hul.harvard.edu/browsePeriodicals/toc.do?id=GP126&divLevel=1&action=new&fromPage=fullRec>, acesso em 17 de maio de 2019.

no Rio de Janeiro, no ano de 1881, que nos transmite a opinião de homens de letras sobre a educação e profissionalização femininas no Rio de Janeiro. Além da Poliantéia, a autora utilizou fontes literárias e jornais femininos para dimensionar o grau de submissão feminina, os perfis de mulheres projetados pelos homens de letras em seus romances e a contrapartida ao preconceito masculino, expressas nos jornais femininos cariocas.

As distorções entre as concepções masculinas e femininas, percebidas pela pesquisa de Bernardes, levaram ao questionamento da subordinação e passividade, com base nas opiniões de mais de *cem homens de letras sobre a educação feminina*, romances urbanos e cinco séries de periódicos femininos entre 1840 e 1890. O recorte temporal de Bernardes sugere um movimento interessante de afirmação da subordinação e passividade das mulheres, expressos pelos homens de letras (com algumas exceções) e uma ruptura e crítica, proposta pelas mulheres de letras em seus jornais; dentre os impressos pesquisados pela socióloga estão *Belo Sexo* (1862), *Eco das Damas* (1879-1887), *A Família* (1889-1890), *O Jornal das Senhoras* (1852-1855), *A Mulher* (1881), *O Sexo Feminino* (1875-1890) e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1890) e, a conseqüente luta por direitos femininos, acirrada com o início da República que traria novos problemas e desafios às mulheres.

Josephina Azevedo e outras escritoras de *A Família*, como Anália Franco, exerciam a profissão de professoras e manifestavam-se frequentemente sobre a educação voltada ao sexo feminino, problematizando as definições de *educação feminina*. Em 23 de fevereiro de 1889, Josephina publicou um editorial acerca do tema, criticando o escritor francês Dumas Filho. Segundo a redatora-chefe, a literatura contribuía e muito para a educação feminina e, no caso do escritor francês, suas obras eram um empecilho à causa da emancipação da mulher:

A mulher nesses livros é um monstro, ao mesmo tempo que é uma pomba; é um demônio ao mesmo tempo que é um anjo: mas tudo isso é da natureza, a fantástica natureza dos fenômenos, seguramente aquela mesmo que dá tipos extraordinariamente esquisitos às suas produções teatrais.

Este grande escritor, que com a sua poderosa pena, tanto poderia ter feito pela nossa emancipação, tem sido um verdadeiro algoz das pessoas do nosso sexo.<sup>10</sup>

Em *A Família*, ao contrário, a literatura estava a favor da emancipação feminina, trazendo textos literários que abordaram a situação social da mulher, provocando nas leitoras e leitores a reflexão. Contribuições como as de Délia, pseudônimo de Maria Benedicta Câmara Bormann, Júlia Lopes de Almeida e Ignez Sabino são exemplares nesse sentido, ao destacarem a submissão, violência e marginalidade das mulheres sob o jugo do marido ou à espera do casamento, como na estreia de Délia em *A Família*, no dia 16 de fevereiro de 1889, com o conto

10 A Família, 1889, p. 1.

«A espera» que narra a história da jovem Celina, uma jovem pobre que morre esperando o retorno do noivo marinheiro por mais de vinte anos.

Na mesma edição, a renomada escritora Júlia Lopes de Almeida publicou o conto «O remorso da viscondessa», criticando a instituição do casamento por uma via irônica ao destacar como personagem principal a viscondessa Mathilde que tinha «horror pelas letras», e afirmava não desejar que sua filha fosse escritora, pois «ninguém se lembraria de casar com ela» e complementa: «Se eu ampliar o espírito da minha Judith instruindo-a, ela não abafará com certeza os seus pensamentos. Procurará manifestá-los, e terei assim o desgosto de vê-la escritora, por exemplo» (A Família, 1889, p. 7). Quem conversava com a viscondessa era Eugênia, uma pobre viúva de advogado que fez de tudo para educar sua filha Amélia. Por outro lado, Judith, filha da viscondessa, teve uma educação de salão e como era bonita, logo se casou. Amélia, tendo a mãe falecida, trabalhava como professora e Judith não era feliz no casamento e acabou brigando com o marido, separando-se do cônjuge. Enfim, a viscondessa compreendeu que pecara na educação de sua filha, que se tornou uma mulher vã, mesquinha e fútil. O conto simples e curto revela pela pena de Júlia Lopes alguns dos mais pesados preconceitos que pesavam sobre as mulheres que exerciam a atividade profissional das letras e das artes, introduzindo um tema muito caro aos jornais *A Família* e *A Mensageira*: mulheres e o exercício da escrita.

A partir do número 61, de 24 de maio de 1890, *A Família* mudou de formato: de revista passou ao formato de jornal. Isso refletia o desenvolvimento do periódico, que empreendeu melhorias desde então e passou a ser publicado duas vezes por semana, com quatro páginas e maior número de anúncios. Há também uma ligeira mudança no título do jornal que não menciona mais no cabeçalho *jornal literário dedicado à educação da mãe e família*, somente *A Família* e em seguida diretora e proprietária, Josephina Álvares de Azevedo. Contudo, a partir da edição 96 de 26 de fevereiro de 1891 *A Família* volta ao seu formato original de revista, agora contando com gravuras, destacando uma grande gravura de Joana D'Arc na primeira página. Esse retorno ao formato da revista reflete o pedido das assinantes que segundo a editora e redatora-chefe colecionavam os números de *A Família* sendo por isso o formato em revista mais cômodo para tal finalidade.

Contudo, a despeito das reconfigurações no formato, a mudança mais significativa ocorreu a partir do número 100 da revista de Josephina Azevedo, que foi incorporada à Companhia Imprensa Familiar, com sede na Capital Federal. A partir de então, Josephina Álvares de Azevedo não seria mais a proprietária do periódico que fundou; embora, continuasse sendo a mentora intelectual da folha, segundo suas próprias palavras publicadas em 2 de abril de 1891. O progressivo ocaso da folha se deu alguns anos depois do término abrupto do

empreendimento tipográfico presidido por Ignez Sabino, que foi exonerada do cargo, sem maiores explicações às leitoras, em 3 de fevereiro de 1892, conforme o «Expediente» do número 131 d' *A Família*.

*A Família* tem um caráter diverso, apesar de muitas de suas publicações serem favoráveis à educação e à emancipação feminina, com ênfase no trabalho e na participação política da mulher, via obtenção do direito ao voto, assim como vários outros jornais feministas *O Sexo Feminino* (1873-1889), que se tornaria *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889-1890), *Echo das Damas* (1879-1888) e *O Corymbo* (1884-1944).

Como Zefa alertou em nota intitulada «O Quinze de Novembro», em 9 de março de 1890, era necessário estabelecer que *A Família* não poderia ser confundida com *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, equívoco recorrente que provocava a devolução de números à redação da folha d' *A Família*. A prerrogativa de diferenciação do jornal de Zefa em relação aos jornais feministas contemporâneos a ele nos revela que Josephina, apesar de congregar várias escritoras em seu jornal buscava conferir ao seu discurso identidade e novidade próprias.

A temática recorrente, como a leitora já poderá constatar com segurança, foi a emancipação da mulher, via reforma da educação que a tornasse apta para o exercício de profissões especializadas exercidas pelos homens e para a participação política, com o direito assegurado de votar e ser votada. Foram muitos artigos e contribuições de mulheres que exerciam o magistério, assim como a proprietária e fundadora de *A Família*.

Anália Franco, professora e escritora residente em Taubaté, destacou-se nesse quesito escrevendo textos sobre a educação e o trabalho exercido por mulheres. Em 9 de março de 1889, com o título «A nossa apatia intelectual», fez uma crítica à mulher que não lê e, atrelado a tal problema, as dificuldades que as mulheres escritoras enfrentavam em relação ao público, pois nem as mulheres liam os livros escritos pelas mulheres, e isso era preocupante. A leitura era «uma das feições características do presente século». Porém, para as mulheres, segundo a autora do artigo, a leitura que poderia ser um «instrumento de educação», mas não estava «generalizada entre nós», as mulheres brasileiras do século XIX.

No diagnóstico de Franco, o exercício da literatura escrita por mulheres estaria relegado à margem da cultura nacional:

Entre as raras senhoras que no Brasil se dedicam às letras, algumas há que afrontando os preconceitos da sociedade, a indiferença e o desdém esmagador que votamos às obras de arte, especialmente das nossas patrícias; têm ensaiado a poesia, o romance e o drama, mas à vista da frieza com que as acolhemos, podemos dizer que a escritora muita vez terá de contentar-se com uma única e silenciosa leitora — a própria autora. E não exageramos

(pelo menos quanto ao círculo em que vivo) onde já tivemos uma bem dura experiência.<sup>11</sup>

O principal argumento de Anália Franco consiste em dizer que, por meio da educação, poder-se-ia cultivar um hábito de leitura sadio e profícuo em termos de elevação intelectual da mulher, a qual por sua vez educa seus filhos. Ela estabelece uma comparação com a Inglaterra, país que cultiva a leitura em todas as suas classes sociais. Há de se notar o destaque que a autora deu à imprensa inglesa «para a instrução da mocidade e das classes laboriosas». Anália também citou o jornal estadunidense *The Popular Educator* (1885-1926), que apresentava os princípios elementares das ciências, dicas de leituras e atividades para as crianças, com publicação mensal da Educatinal Publishing Company, presente em Boston, São Francisco e Chicago. Pequenos folhetos e jornais também despertavam a atenção das crianças, habituando-as ao ato da leitura desde tenra idade. Tais apontamentos elaborados por Anália Franco, demonstram sua preocupação com a instrução popular, como se deu em outro artigo de sua autoria, publicado em 2 de novembro de 1889, o que podemos ainda constatar, realizando um breve panorama sobre a trajetória dessa escritora e professora ativa na causa da instrução como elemento de transformação social.

Dessa forma, Franco expôs o principal lema dos jornais feministas do século XIX: a causa da educação feminina, sem a qual não poderia ser mitigada a desigualdade fundante das relações entre homens e mulheres.

## Os moldes e suas inversões: Brasil e Argentina

*A Estação*, ao contrário do ideário feminista e ativista de educação e emancipação das mulheres e melhorias sociais, era uma revista *feminina de modas* editada pela tipografia H. Lombaerts & Cia que mantinha, também, uma seção literária na qual o escritor carioca Machado de Assis era uma «espécie de diretor espiritual» (Meyer, 2001, p. 66) dado que sua contribuição para o suplemento literário se dera desde a primeira edição da revista, em 1879. Ali também contribuiu com textos no fim da década de 1880 a escritora feminista Ignez Sabino, envolvida ativamente no empreendimento feminista d' *A Família*, o que revela a capacidade de trânsito e ação de algumas escritoras nesse período.

A revista era uma continuação da publicação *La Saison*, publicação francesa que circulou no Brasil entre 1872 e 1878. Nessa nova versão brasileira, *A Estação* pretendia produzir um periódico mais adequado aos leitores nacionais e compunha-se de um editorial sobre moda, o «Jornal de Modas», e uma «Parte Literária», além dos anúncios. O periódico teve grande

11 *A Família*, 1889, p. 1.

sucesso e circulou na cidade do Rio de Janeiro até 1904, com publicações quinzenais. A pretensão dos editores era, segundo o editorial de estreia de 15 de janeiro de 1879, «criar um jornal brasileiro indispensável a toda mãe de família econômica que deseja trajar e vestir suas filhas segundo os preceitos da época».<sup>12</sup>

Na revista feminina carioca, portanto, as leitoras encontravam moldes e riscos para costurar trajas adequados às várias ocasiões, conforme preceitos europeus, dando continuidade ao perfil já adotado pela *La Saison*; contudo, a parte literária, presente na edição brasileira, não estava na publicação francesa, sendo uma novidade de *A Estação* e propiciando a oportunidade de criar um espaço literário nacional num periódico lido, especialmente, pelo público feminino. A inclusão da parte literária, que abordava ficção, belas artes, cultura e entretenimento, sinalizava a abertura do periódico, também, para outros públicos além do feminino, por isso o subtítulo de *Jornal Ilustrado para a Família*.

O diálogo entre Brasil e Paris, nesse caso, foi apenas em virtude dos moldes e ilustrações presentes na edição europeia. Ana Cláudia Suriani da Silva (2015) ainda revela conexões entre *A Estação* e a revista alemã *Die Modenwelt. Illustrierte Zeitung für Toilette und Handarbeiten*, mas nada que nos conduza à leitura de influências feministas ou mesmo transgressoras sobre o lugar social das mulheres leitoras desse tipo de publicação.

Na Argentina, por outro lado, encontraremos um periódico com perfil feminino, sem moldes e sem figuras, com textos escritos exclusivamente pela uruguaia Petrona Rosende de Sierra, editora e proprietária do jornal *La Aljaba* (1830-1831), com o total de dezoito números publicados, visando estimular as virtudes de uma educação voltada para a religião, a moral e a domesticidade. No editorial de estreia, publicado em 16 de novembro de 1830, expôs o objetivo de formar filhas obedientes, mães respeitáveis e esposas dignas. Contudo, foi uma publicação feminina que, apesar de endossar os parâmetros da domesticidade, defendia ferrenhamente a educação das mulheres, aproximando timidamente, nesse sentido, da imprensa feminista. Na edição número 03, com o texto «Educación de las hijas», Petrona atacava aqueles que proibiam as mulheres até de conhecerem o alfabeto, defendendo com isso uma educação feminina mais completa, próxima aquela defendida pelas feministas supracitadas.

Um ponto de inflexão marcante para a reflexão aqui proposta é o periódico argentino *La Voz de la Mujer*, que apresenta um exemplo notável e profícuo para o diálogo feminista transnacional observado nos arquivos sobre a imprensa feminista, que consiste, neste caso, na experiência de imigrantes europeias e a intersecção entre feminismo e anarquismo, com trabalhadoras que trouxeram para a Argentina suas bagagens de pensamento anarquista

12 *A Estação: Jornal Ilustrado para a Família*, 1879, p. 1. Rio de Janeiro.

e estavam inseridas no movimento de trabalhadores das últimas décadas do século XIX, circulando no mesmo período de *A Família*, tendo também leitoras imigrantes no Rio de Janeiro, como será exposto mais adiante.

Em Buenos Aires, as mulheres europeias encontraram condições de opressão similares (ou suas continuidades) àquelas vividas na Europa, notadamente Espanha, Itália e França. *La Voz de la Mujer* destacou-se também no movimento anarquista presente na imprensa argentina, composto por periódicos de diferentes línguas, formatos e temas, dentre os mais conhecidos *La Protesta Humana* (1897) ou *La Protesta* (desde 1903). Segundo a destacada estudiosa do tema, Laura Fernández Cordero (2017), encontramos nessa imprensa anarquista do século XIX debates em torno do amor livre, a emancipação da mulher, a luta de classes e a destruição do matrimônio burguês, temas que estiveram em alta entre 1880 e 1930 na Argentina e, complemento, no Brasil, citando a obra e o ativismo de Maria Lacerda de Moura, que publicou textos «em diversos periódicos e revistas anarquistas, publicados no Brasil, Espanha e Argentina, entre as décadas de 1920 e 30» (Moura, 2018, p. 17).

Anteriormente, assim como no Brasil, observamos a existência de alguns exemplos de publicações femininas na Argentina, de perfil similar ao *A Estación*, como *La Argentina* e a citada *La Aljaba* da década de 1830, destinadas ao público feminino segundo os moldes patriarcais, circunscritas ao âmbito doméstico da família e política, somente de modo indireto, ou seja, sem advogar a participação ativa da mulher na vida social e política.

Em fins do século XIX ocorreu uma ampliação do número de mulheres escritoras e de periódicos escritos por elas, como o grande exemplo de Juana Manso de Noronha (1819-1875) com *La Redacción* e, posteriormente, *Álbum de Señoritas: Periódico de Literatura, Modas, Belas Artes y Teatro* (1854), continuação de sua publicação fundada no Brasil, durante seu exílio por conta da ditadura de Rosas, *O Jornal das Senhoras* (1852-1855). Ainda se destacaram mais duas editoras, a também argentina Juana Manuela Gorriti (1818-1892) com o impresso *La Alborada del Plata* (Buenos Aires) e a peruana Clorinda Matto de Turner, com o *Búcaro Americano*. Todas construindo um movimento de intelectuais que, por meio da imprensa de seu país e diálogos entre escritoras de diferentes partes do mundo, reivindicaram direitos e melhorias para a vida das mulheres.

*La Voz de la Mujer: Periódico Comunista-Anárquico* (1896-1897) foi editado e publicado em volume único contemporaneamente (2018) pela Universidade de Quilmes e nos oferta oito números do impresso, do total de nove que teriam sido publicados. O impresso faz parte de uma nova sociedade de fins do século XIX em Buenos Aires, moderna e composta por trabalhadores despojados de meios materiais e direitos de exercício da cidadania na república argentina. A

publicação tinha em média treze páginas, número que variava, divididas em duas colunas cada página, sem figuras ou ilustrações, compostas com editoriais, artigos, poesia, prosa, cartas em espanhol, com algumas contribuições em italiano. O editorial de estreia com o título «Nuestros propósitos» expôs com precisão a ideologia que informou a fundação do jornal:

Y bien: hastiadas ya de tanto y tanto llanto y miséria, hastiadas del eterno y desconsolador cuadro que nos ofrecen nuestros desgraciados hijos, los tiernos pedazos de nuestro corazón, hastiadas de pedir y suplicar, de ser el juguete, el objeto de los placeres de nuestros infames explotadores o de viles esposos, hemos decidido levantar nuestra voz en el concierto social y exigir, exigir decimos, nuestra parte de placeres em el banquete de la vida (Bolten, 2018, p. 49).

A questão da participação das mulheres nas lutas emancipatórias foi conduzida de modo radical, acrescidas de críticas ao costume do casamento legalizado e defesa do amor livre, presente logo no primeiro número e exposto em longo artigo (Bolten, 2018, p. 55), que seria a única forma de envolvimento capaz de revogar os acordos quando se extinguem os sentimentos, ou seja, uma forma de enfrentar a hipocrisia dos vínculos matrimoniais forçados pela judicialidade. As editoras, das quais ainda pouco se sabe, foram Josefa Calvo e A. Barcla, com contribuições feitas sob pseudônimos, como Luisa Violeta, ou que soam como nomes verdadeiros, como Esther Buscaglia e publicações constantes de Pepita Gherra. Dada sua orientação anarquista, o jornal não defendia a participação das mulheres como votantes, pauta que permeava quase todas as edições d' *A Familia* após a Proclamação da República no Brasi, em novembro de 1889.

As possíveis leitoras desse jornal eram em geral trabalhadoras têxteis, «mucamas», «fabriqueras» e donas de casa modestas, como indicam a «suscripción» presente ao final das edições, lembrando que o analfabetismo era um problema real a ser enfrentado para a leitura de impressos pequenos e de circulação mais restrita como *La Voz de la Mujer*.

O impresso anarquista e feminista circulou por leitoras de língua espanhola do Rio de Janeiro, como demonstra a publicação da carta, em espanhol, da leitora «carioca» que, na edição número sete manifestou ter acompanhado o jornal e compartilhado dos mesmos ideias da folha, «orgullosa a la vez, con mi manera de pensar, pues ya veo que no soy sola, deseo me manden el periódico a la dirección abajo indicada» (Bolten, 2018, p. 127). Encerra, então, solicitando o envio para Carmem Díaz, que o entregaria para María Villa, autora da carta e residente na Rua do Livramento, número 110, Rio de Janeiro. A publicação da carta e o diálogo entre Argentina e Brasil nos revela a amplitude da difusão de ideias do movimento de mulheres na América Latina.

É importante frisar que em nota à edição preparada pela Universidade Nacional de Quilmes, sobre a preservação da documentação acerca da história dos trabalhadores, dependeu-se dos esforços e iniciativas pessoais de grupos ou militantes dispersos. No Brasil, isso também pode

ser observado com a trajetória de formação do acervo do Arquivo Edgar Leuenroth: Centro de Pesquisa e Documentação social, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.<sup>13</sup> Assim, leitoras e militantes tiveram papel essencial na preservação de impressos e escritos de movimentos sociais em vários países.

*La Voz de la Mujer* ressurgiu ao público especializado apenas em 1978, citado por Iacov Oved em *El Movimiento anarquista en la Argentina*, indicando que o impresso feminista estava sob a guarda da biblioteca do Institute of Social History de Amsterdã. A partir dessa citação foi possível recuperar a memória coletiva da história do feminismo anarquista na Argentina em fins do século XIX, aliando a condição de classe e condição de gênero, sob o lema «Nem Deus, Nem Patrão, Nem Marido», sendo o primeiro impresso na América Latina a aliar feminismo e movimento de trabalhadoras e trabalhadores, como assevera Maxime Molyneux na apresentação à publicação do jornal, acrescentando ainda que:

Em el contexto latinoamericano, en el cual el feminismo es frecuentemente despreciado por los grupos radicalizados como um fenómeno «burguês» o «reformista», el ejemplo de *La Voz* constituye un cuestionamiento a este modo de caracterizar lo esencial del movimiento. Aunque la investigación empírica no puede ser el terreno exclusivo para el debate acerca de la naturaliza y la efectividad del feminismo, una consideración de los hechos puede proveer información a dicho debate (Molyneux, 2018, pp. 17-18).

Assim, *La Voz de la Mujer* foi um periódico pequeno, semiclandestino e efêmero, com baixo custo, e periodicidade irregular, como indica o cabeçalho das edições «Aparece cuando puede y por suscripción voluntaria», discriminada ao final de todas as edições. O feminismo manifesto nesse periódico provavelmente teve impacto sobre as mulheres trabalhadoras, nas cidades de Buenos Aires, La Plata e Rosário, com duração de um ano e mil a duas mil cópias de cada edição.

As redatoras eram provenientes das classes trabalhadoras das grandes comunidades espanhola e italiana, grande parte da população economicamente ativa de Buenos Aires, composta por mulheres imigrantes (Ferrerias, 2006), atestando, mais uma vez, que o feminismo não era uma invenção de mulheres elegantes e «burguesas», ou somente resultado de pautas «burguesas».

Num primeiro momento, *La Voz* teve apoio dentro do movimento anarquista, com interlocuções entre jornais do movimento de trabalhadores da Argentina, tais como *El Perseguido*, *La Voz de Ravachol*, na Espanha, com *El Esclavo*, *La Voz del Rebelde*, *El Corsario*, em Nova Iorque com *El Despertar* e no Uruguai com *Derecho a la Vida* (Molyneux, 2018, p. 26). Contudo, era um apoio ambíguo, pois a simpatia logo se revelou uma oposição substancial na prática. O primeiro número de *La Voz* provocou hostilidade considerável, dada a resposta publicada no segundo e no terceiro números, que atacava as atitudes antifeministas dos homens do movimento.

13 <https://ael.ifch.unicamp.br/>, acesso em 29 de março de 2023.

O editorial do terceiro número sintetiza a conduta dos homens do movimento perante a publicação e a iniciativa de *La Voz de la Mujer*:

¿Como podéis creer que estando decididas como estamos, íbamos a sugeitar nuestra línea de conducta a las opiniones de Juan, Pedro o Pelayo? ¿Habéis creído por ventura que, porque vosotros hayáis tachado nuestra hoja de inmoral los unos, y de insensata los otros y porque cada cual en uso de su voluntad nos haya juzgado como quiso había nosotras de abdicar de nuestras ideas, de nuestra manera de pensar y obrar? Seríais vosotros más que insensatos [...]

¡En nombre de la Anarquía hacer la guerra a un periódico que, al venir a la lucha periodística, vino dispuesto a no transigir con nada ni con nadie en lo referente a defender la emancipación de la mujer, uno de los grandes y bellos ideales de la Anarquía! (Bolten, 2018, p. 77).

Com essa conduta, temos um exemplo claro do *paternalismo* dentro do anarquismo, no sentido em que as mulheres deveriam seguir os ditames masculinos sobre como se inserir politicamente no movimento e do machismo dentro desse movimento anarquista de fins do século XIX na Argentina, que tentava controlar o quê e como as mulheres deveriam pautar suas reivindicações mais específicas de gênero. Por isso, a publicação de *La Voz de la Mujer* foi tão emblemática, implodindo resistências e ditames patriarcais que poderiam estar presentes mesmo dentro do movimento de trabalhadores, que declaravam apoiar a causa das mulheres. Em suma, as mulheres eram vítimas da sociedade e da autoridade masculina: «odiamos a la autoridad porque aspiramos a ser personas humanas y no máquinas automáticas o dirigidas por la voluntad de “un ootro” se llame autoridad, religión o con cualquier otro nombre» (Bolten, 2018, p. 94). Uma das contribuidoras de *La Voz de la Mujer* reformulou esse «cualquier otro nombre» com a seguinte frase: «Ni Dios, Ni Patrón, Ni Marido».

O tema central do jornal poderia ser definido como a natureza múltipla da opressão contra a mulher e o que causou discórdia ou ruptura dentro do movimento anarquista de Buenos Aires, diante do surgimento do periódico, consiste no posicionamento feminista de que as mulheres constituíam a parte mais explorada da sociedade; pois, a família era um lugar de subordinação da mulher e o matrimônio, muitas vezes contraído sem amor, era uma opressão contra as mulheres e pautava-se na fidelidade mantida pelo medo. A resposta para isso, que causava escândalo entre os homens do movimento, era o amor livre, que causaria uma revolução social ao declarar que a mulher não deveria estar presa ao homem, ou seja, uma crítica ao casamento compulsório.

O final um tanto abrupto da publicação, em janeiro de 1897, não nos permite analisar com maior profundidade as implicações da pauta do amor livre como fator emancipatório efetivo e viável para mulher. À época, o casamento ainda era uma forma de segurança e sustento para as

mulheres, mesmo as trabalhadoras perderiam amparo financeiro e uma rede de sustento nos momentos de escassez ou perda de emprego. Contudo, o matrimônio também era uma fonte de exploração sexual das mulheres pelos homens. O problema estava exposto e incomodou, sobretudo, os homens anarquistas.

Corpos de mulheres que tinham opinião e voz não eram aceitos entre os homens do movimento de trabalhadores anarquistas e o registro de *La Voz* mostra-se necessário para levantarmos mais essa questão sobre o nascimento dos movimentos feministas na América Latina.

O controle do corpo feminino era um exercício do poder masculino, por excelência, em todos os âmbitos. Do patrão ao marido, a mulher trabalhadora se via limitada e oprimida. Por isso, teóricas do feminismo identificaram o corpo feminino como um território a ser explorado e conquistado, pelos homens. Anne McClintock vê similaridades entre os desenhos dos mapas de exploradores e colonizadores ingleses e o corpo feminino, ou como se fossem «diagramas do corpo feminino» (McClintock, 2010, p. 17) traçando conexões entre colonização, raça, gênero e sexualidade. O que adquire ainda mais sentido com a explanação de Verónica Gago (2020) ao expor os feminismos contemporâneos da América Latina e investigar o conceito de ‘corpo-território’ ou ‘corpo como campo de batalha numa citação essencial:

Em que sentido se pode pensar o corpo das mulheres como um território de conquista? Maria Mies, Veronika Bennholdt-Thomsen e Claudia von Werlhof (1988) refletiram sobre as mulheres como «colônias», territórios de saqueio das quais se extrai riqueza por meio da violência. A partir da analogia entre corpo feminino e colônia, conectaram o que o capital explora como «recurso grátis» no trabalho doméstico, no trabalho camponês e no trabalho de quem mora nas periferias das cidades, e explicaram que essa exploração é simultaneamente colonial e heteropatriarcal. Mies (1986), por sua vez, formulou a noção de «domesticação do trabalho» ao narrar o trabalho das costureiras da indústria têxtil na Índia, referindo-se à combinação do «trabalho reprodutivo» com o estrato mais baixo do «trabalho produtivo» como cenário colonial predileto. Aqui as dimensões produtiva e reprodutiva acabam reformuladas: passam a fazer referência não tanto a um espaço ou outro, mas a sua junção sob uma relação específica de subordinação (p. 105).

Podemos interpretar a citação como uma ideia muito adequada das reivindicações das redatoras de *La Voz de la Mujer* com sua crítica ao casamento e seu argumento sobre as mulheres serem as mais exploradas na sociedade, não por acaso, os homens anarquistas também se beneficiavam da exploração das mulheres, *subordinadas* ao marido, à família e ao lar, mesmo sendo trabalhadoras, assim como seus maridos.

## Referências bibliográficas

- Bernardes, M. T. C. C. (1988). *Mulheres de Ontem? Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Bolten, V. (Dir.). (2018). *La Voz de la Mujer: Periódico Comunista-Anárquico 1896-1897*. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes Editorial. Recuperado de [https://ridaa.unq.edu.ar/bitstream/handle/20.500.11807/2240/voz\\_de\\_la\\_mujer.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://ridaa.unq.edu.ar/bitstream/handle/20.500.11807/2240/voz_de_la_mujer.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Buitoni, D. H. S. (1981). *Mulher de Papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Edições Loyola.
- Carula, K. (2016). *Darwinismo, raça e gênero: projetos modernizadores da nação em conferências e cursos públicos*. Campinas: Editora Unicamp.
- Cordero, L. F. (2017). *Amor y Anarquismo. Experiencias pioneras que pensaron y ejercieron la libertad sexual*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- Daflon, V. T., y Sorj, B. (Orgs.). (2021). *Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Duarte, C. L. (2016). *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Ferreras, N. O. (2006). *O cotidiano dos trabalhadores de Buenos Aires (1880-1920)*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Gago, V. (2020). *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo* (Trad. I. Peres). São Paulo: Editora Elefante.
- Hahner, J. (2003). *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940* (Trad. E. Tejera Lisboa). Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC.
- Lepore, J. (2017). *A história secreta da mulher maravilha* (Trad. É. Assis). Rio de Janeiro: Best Seller.
- McClintock, A. (2010). *Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial* (Trad. P. Dentzien). Campinas: Editora da Unicamp.
- Meyer, M. (2001). *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Molyneux, M. (2018). Ni Dios, ni patrón, ni marido: feminismo anarquista en la Argentina del siglo XIX. En V. Bolten, *La Voz de la Mujer: Periódico Comunista-Anárquico 1896-1897*. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes Editorial. Recuperado de [https://ridaa.unq.edu.ar/bitstream/handle/20.500.11807/2240/voz\\_de\\_la\\_mujer.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://ridaa.unq.edu.ar/bitstream/handle/20.500.11807/2240/voz_de_la_mujer.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- Moura, M. L. de (2018). *A mulher é uma degenerada* (4ª edição comentada). São Paulo: Tenda de Livros.
- Muzart, Z. L. (2013). Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 11(1).
- Redondo, G. (1901). *O feminismo (de um livro inédito)*. Almanach Brasil-Portugal para o ano de 1901. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora.
- Schwarcz, L. M. (2017). *Lima Barreto: Triste visionário*. São Paulo: Companhia da Letras.
- Silva, A. C. S. da (2015). *Machado de Assis: do folhetim ao livro*. São Paulo: Versos.
- Silva, L. T. C. e (2021). *Dos projetos literários dos «homens de letras» à literatura combativa das «mulheres de letras»: imprensa, literatura e gênero no Brasil de fins do século XIX* (Tese de Doutorado em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas).
- Silva, L. T. C. e (2022). Josephina Álvares de Azevedo. Em V. T. Dalton e L. R. Campos (Comps.), *Pioneiras da Sociologia: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX (pp. 191-202)*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.